



SENADO FEDERAL

F9EI 9F=A9BHC`
'B_`- - %z89`&\$%`

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, c/c artigo 101, inc. I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, sobre o PRS nº 15, de 2014, seja ouvida, também, a **7 ca]gg~c`XY7 cbgh`h] , ~cž>i gh], UY7]XUXUb]U** do Senado Federal, tendo em vista a sua competência regimental para dispor sobre o assunto.

>I GH= 75 uÇC`

O Art. 155, § 2º, V, b, da Constituição Federal, estabelece que é facultado ao Senado Federal *“fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros.”*

Ocorre que não há conflito de interesse em relação ao local em que é devido o ICMS incidente sobre a prestação de serviço de internet banda larga, posto que a Lei Complementar 87/96 já se antecipou a qualquer conflito que pudesse surgir sobre questão, determinando que o ICMS, nesses casos, é devido no Estado em que se localiza o estabelecimento do destinatário ou do tomador do serviço.

Por tratar de matéria afeta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicito a alteração no despacho inicial de modo a contemplar esta Comissão além da constante em seu despacho inicial.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2014.

Senador **5 @CMG-C'BI B9G: 9FF9-F5**
PSDB-SP

(Será incluído em ordem do dia oportunamente)